

ILUSÕES E MARTÍRIO DOS "DONOS DA CIDADE"

Viração: experiências de meninos nas ruas, de *Maria Filomena Gregori*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 262 pp.

Paulo Sérgio Pinheiro

Faz mais de vinte anos, Rosa Maria Fischer Ferreira, ao tratar das crianças e jovens pobres vagando nas cidades brasileiras, cunhava a expressão "meninos de rua" com um moderno clássico, *Meninos de rua: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo* (São Paulo: Comissão Justiça e Paz/Cedec, 1979). Logo, aos meninos se

juntaram as "meninas de rua", que são traficadas para a prostituição e oferecem serviços sexuais nas praças e pontos turísticos do país.

Relatórios de organizações da sociedade civil, reportagens de jornais e revistas de grande circulação, livros e relatórios de pesquisa acadêmicos, documentos produzidos por comissões de inquérito no Congresso Nacional e assembleias legislativas — tudo isso hoje perfaz milhares e milhares de páginas, e no entanto nem a sociedade civil nem os governos democráticos destes últimos quinze anos foram capazes de resolver os problemas postos pela presença inusitada de crianças abandonadas nas ruas das cidades brasileiras.

Os governos no Brasil depois de 1985 se encarregaram de agravar o problema ao dar-lhe tratamento

arbitrário — dissimulado sob uma retórica de Estado de direito — por meio do ramo do aparelho estatal que não controlam: as polícias, especialmente as militares e em certa medida as civis. Apesar de o Brasil ter promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente e ratificado a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, a pauleira ainda canta. Durante as últimas décadas, nas grandes cidades brasileiras, à vista de toda a população, policiais submetem esses meninos e meninas de rua a humilhações, tortura e execuções extrajudiciárias. Foram incapazes de mostrar o mesmo vigor repressivo contra as organizações criminosas e o tráfico de droga nas periferias metropolitanas, que instrumentalizam jovens e crianças; foram incapazes de dismantelar ou reprimir a rede perversa que articula motoristas de táxi, empresas de turismo, hotéis e o turismo sexual nacional e europeu (este ataca especialmente nas cidades do litoral do Nordeste).

Não foi à toa que nas últimas décadas se uniu ao estereótipo do país do futebol, do samba e do carnaval a representação da terra do extermínio de crianças. Durante o governo Collor, no exato momento em que os governos estaduais, com a sociedade civil, tentavam articular um contrato pela criança, a percepção internacional da questão pendia para o alarme. A seção britânica da Anistia Internacional chegou a lançar uma desastrosa campanha em torno do mote "O Brasil está resolvendo o problema dos meninos de rua: matando-as". Foi um deus-nos-acuda, com protestos diplomáticos e brios pátrios ofendidos. O que não contribuiu para impedir que a impunidade continuasse a premiar a maioria dos criminosos, policiais e civis, responsáveis pelas barbaridades da matança de crianças em Acari, Candelária e Vigário Geral. Muitas parcelas de governantes, do Judiciário, do Ministério Público, legisladores e empresários (que recorrem à mão-de-obra escrava infantil) compartilham a convivência criminosa na omissão ou na incapacidade generalizada do Estado brasileiro de dar conta dos problemas de um bando de crianças e jovens na nona economia industrial do mundo e com uma das populações mais numerosas do planeta.

Já era hora de que alguém viesse a pôr ordem nesse pedaço, onde reinam a incompetência, o engodo e a simulação. Evidentemente, nenhum trabalho acadêmico é original, e tudo o que escrevemos, como na ciência, se beneficia dos que nos precederam com o sinal da necessidade de intervir

criticamente no debate público. Coloco nessa esteira ativistas de defesa dos direitos dos meninos, como o monge e advogado Agostinho Duarte de Oliveira, que há quarenta anos exerce sua militância pelos direitos das crianças como se tivesse começado ontem, parlamentares engajados com o problema, como Eduardo Suplicy, e meus companheiros pesquisadores e universitários.

Um trabalho conseguiu agora captar a inventividade de Rosa Maria Fischer quando ela delimitou a problemática dos meninos de rua. Pois bem, ao ler *Viração: experiências de meninos nas ruas*, o que poderia ser uma justificável simpatia por Maria Filomena Gregori se transformou em entusiasmo desde as primeiras páginas (eu cá com meus botões tenho resistências à expressão *viração*: a autora se esforça por guindar essa gíria à categoria de conceito, mas não me convence, o que aliás não tem a menor importância aqui).

O que desde o começo nos obriga a não largar o livro é a fluência do texto. Gregori consegue mesclar numa trama os fios do famigerado "quadro teórico", o caderno de bordo, as referências da bibliografia das ciências sociais, a literatura e suas observações próprias. O tempo do livro é o período entre 1991 e 1995, portanto a metade da primeira década do que se chamou de "Nova República" (como nas transições sem ruptura da política brasileira, como se república houvera algum dia para a maioria pobre, negra e miserável das populações brasileiras no século XX), momento das grandes ilusões sobre as possibilidades de que as antigas oposições, num saco de gatos com as cisões das forças da direita que apoiaram a ditadura, fizessem a reforma do Estado e das instituições. Doce ilusão: nunca o peso do passado terá sido tão subestimado.

As três primeiras partes do livro — "A viração" (apesar do título...), "A circulação" e "Nas ruas" — são muito bem sucedidas. A quarta e última parte (antes das "Considerações finais", dispensáveis) aborda o terreno pouco explorado do Estado brasileiro na área da assistência a crianças e adolescentes, o que requereria uma análise dos problemas da fase atual do (mau) funcionamento do governo e do Estado, evidentemente fora do espectro do livro. Há ali uma reconstrução precisa e equilibrada dos governos democráticos em São Paulo, desde a gestão de revoltas na Febem sem recurso à violência por Eduardo Mulyaert, na época secretário de Segurança Pública (privilégio daqueles tempos), até Alda Marco

Antonio, na fase "áurea" da Secretaria do Menor. A própria abordagem do funcionamento das instituições como "trama" permite dar conta da ação dos aparelhos estatais como uma totalidade e como um sistema. Com a liberdade de comentador, porém, vou dar relevo aqui às três primeiras partes.

Ótimo partido Gregori deixar de lado explicações causais simplistas e buscar compreender as experiências e o universo material simbólico. Na primeira parte, ela faz muito bom uso do trabalho de campo, e seu diário de bordo é entremeado aqui e ali, com elegância e gentileza, na sua narrativa. O cativante *é/ô* respeito, a delicadeza com que ela lida com os meninos de rua. Gregori nos introduz cada personagem com cuidado, diria até com cerimônia, que contrasta maravilhosamente com a suprema privação de direitos na existência dos meninos. Trata-se de uma cuidadosa etnografia sobre os diferentes agrupamentos de meninos de rua na cidade de São Paulo e sobre as (desajeitadas e desastrosas) intervenções institucionais *contra* elas no período apontado.

Antes de mais nada paira a ambigüidade dos adultos diante da violência dos meninos. Impossível dissociar as representações que cada homem ou mulher faz em relação às crianças dos múltiplos papéis em que estamos colocados: família, professores, médicos. Gregori alerta que essa ambigüidade é "inextricável" (adjetivo adequado) tanto do objeto de estudo como das representações sociais e teóricas que o acompanham. Assim, demonstra uma fina capacidade para ver o que outros podiam ter visto e não viram ("Ah, como me lamento pelos que virão depois e lamentarão não poderem ver mais o que eu deveria ter visto", diz o pai-fundador na Introdução de *Tristes trópicos*).

Nos grupos de rua, que se assemelham à formação familiar (retenhamos esse apontamento, que será crucial nas outras partes), flagra um núcleo da condição feminina — uma existência voltada a ser para o outro, uma anotação de Simone de Beauvoir. Gregori parece que leu obras-chave de todas as camadas geracionais: discretamente irrompem com pleno sentido Balzac, Victor Hugo (como ela foi lembrar do ninho de crianças sem lar, "andorinhas da ponte de Arcele"? — p. 58), Genet e outros autores vindos da miséria, como Carolina de Jesus com seu emblemático *Quarto de despejo*.

Os personagens dos meninos às vezes são "simulados", "não no sentido de falso, mas de uma

imagem que colabora com sua auto-elaboração como porta-voz autorizado (ele é verdadeiramente um menino de rua) na luta contra a discriminação e a violência" (p. 45). Essa "simulação" indica que entre os meninos (como Paulo Collen, que narrou sua biografia em livro) há o que se poderia chamar de seus "intelectuais orgânicos" (sou eu que me permito tomar essa liberdade gramsciana), que nos seus relatos empregam "conteúdos da retórica política de defesa dos menores" (p. 45). Gregori dá-se conta de um reflexo da fala dominante das elites sobre os meninos, apontamento que poucos antes dela levaram adequadamente em conta.

Chama a atenção igualmente para um discurso asseptizado dos meninos em que não transparecem os traços de infração (ou de condutas pouco aceitáveis), que aliás vai se combinar com o silêncio dos agentes institucionais sobre as condutas criminosas nas entidades que dirigem. Atitude que Antonio Candido (Gregori sempre parece se lembrar das referências certas) já havia caracterizado como "neutralidade moral" das nossas classes dominantes, que teimam em ignorar as relações profundamente desiguais com as classes dominadas, traço que o "malandro sugere e representa" e que a situação de meninos de rua retoma em contínua elaboração. O fecho dessa primeira parte é luminoso: "Há como que um destino que se traça e ao qual eles não conseguem escapar: a experiência da viração se transforma em algo definitivo em sua indefinição" (p. 55).

"A circulação" se abre sob as bênçãos de um dos mais inesperados observadores da vida dos pobres nas ruas da capital da *belle époque* brasileira: João do Rio (não é à toa que no texto de Gregori há uma qualidade *art nouveau*, ao apoderar-se de elementos tão diversos como a flora e transfigurá-los num estilo próprio). O mais refinado dândi carioca, o futuro membro da Academia Brasileira de Letras, aquele que fez "o elogio das ruas", João do Rio foi grande porque dominava (e tentava proustiana-angustiadamente integrar) o *grand monde* dos fiapos da aristocracia calhorda, dos esnobes, dos financistas. E porque devassou o que conta, como tema e solidariedade ativa dos intelectuais na *belle époque* e hoje: o povaréu, a turbamulta, a gentinha, a ralé. Na enumeração de Gregori, que formidável galeria nos afrescos de João do Rio: "Ciganos, jovens tatuadores, jovens vendedores de orações do catolicismo popular, capoeiras, jovens portugueses empregados na descarga de minérios e carvão, prostitutas, orientais viciados

em ópio e crianças mendigas exploradas (o termo é do autor) por seus parentes formam o cenário humano no Rio de Janeiro que ele descreve" (pp. 58-59). O que não quer dizer que João do Rio não escape do senso comum da época (no caso sem a menor importância, pois desvendando-o abre condições para que o desmontemos: grave é hoje o discurso político ou jornalístico chafurdar no mesmo senso comum): os "petizes sofrendores", depois de cursarem "a grande escola do mal", a rua, se transformam em "alcozes". Gregori depois vai retomar essa contradição de papéis na vida dos meninos de rua, que Joaquim Manoel de Macedo foi o primeiro a abordar considerando os escravos em *Vítimas e alcozes*.

A autora é bem sucedida ao recuperar de João do Rio (que por sua vez o havia retomado de Balzac e Victor Hugo) "o tratamento do fenômeno urbano como espécie de ser orgânico" do qual emana a "alma das ruas". Gregori se aproxima com cuidado desse conceito, pois caso contrário teria grande dificuldade de entender o sentido da "circulação", e flagra a instituição no quadro de um espaço que somente existe em "representação — difundida em todo o corpo social — que toma a rua como um *locus* onde deságuam as contradições e implicações de uma realidade social de desigualdade, de ausência de cidadania e de violência" (p. 62). A degradação das ruas é imaginada no vácuo de uma sociedade idealizada em que os valores e virtudes estão realizados, operação decididamente esquizofrênica em que as classes dominantes enclausuram a turbamulta. A custo consegue-se hoje despojar a sorte dos meninos de rua de uma miséria moral e articulá-la com a iníqua desigualdade econômica e racial, a exclusão social. Mas Gregori não se deixa enredar por um reducionismo sociológico que poderia impedir a compreensão das articulações entre a "viração" e a "circulação".

Gregori trabalha com sucesso e ultrapassa as oposições redutoras em que outras análises encerraram os meninos de rua. Ela põe abaixo noções estabelecidas e autores com a delicadeza de dedos de harpista, avançando seus argumentos *sotto voce*. Depois de dizer que a oposição "casa-família-estabilidade *versus* rua-turma de iguais-risco" é furada, afirma: "O que não quer dizer que as famílias pobres sejam mais tolerantes com as possibilidades de seus filhos se transformarem em meninos de rua. Ao contrário, elas convivem persistentemente com essa ameaça e tentam evitá-la" (p. 69). Para as classes dominantes, geralmente, as mães dos meninos na rua

são culpadas. Aprendi com Licia Valladares a valorizar as ciclópicas estratégias das mães nas favelas cariocas para impedir que seus filhos entrem nas carreiras do tráfico. Gregori desmonta a oposição casa/rua. Pelo fato de os meninos poderem circular entre a casa e a rua, de até considerarem a rua melhor que a casa, seria equivocado "imaginar que se trate de dois universos regidos por lógicas completamente excludentes. Na verdade, o que muda é o circuito de convivência e de circulação" (p. 99). As "ilusões da liberdade" da rua são vividas de forma completamente diferente pelos meninos, que chegam até a buscar nas ruas, destemperadamente, sob as formas mais inusitadas, bem repertoriadas no livro, algo que se aproxima do arranjo familiar. O círculo se fecha na eterna busca — condenada a ser frustrada — de alguma estabilidade: meninos e meninas de rua mantêm projeto de constituir família, ter filhos, emprego, casa própria.

Se o fenômeno da circulação deve ser reconhecido como uma alternativa real para os meninos de rua, os paradoxos são numerosos: dificuldade de fixação na família em consequência de um universo familiar caleidoscópico, que se altera repetidamente, com mudanças de residência e de escola. Essas idas e vindas são bem expressas no exame do prontuário de Júlio desde o momento de seu atendimento na Secretaria do Menor (além de suas próprias entrevistas, Gregori recorre aos dados produzidos pelas instituições) — pp. 87 e passim. A miserabilidade das famílias de meninos de rua como a de Júlio e a exigüidade, inanição e incompetência das instituições sociais mostram que qualquer forma de solução para o problema não pode "deixar de considerar a própria dinâmica da vida deles" (p. 94).

A terceira parte do livro, "Nas ruas", é o seu momento mais alto. Aqui os meninos de rua ganham movimento, cor e vida, nas áreas da praça da Sé e da avenida Paulista. Aqui e ali alguns achados que alteram de vez tudo o que já se escreveu até agora sobre os meninos de rua: a sua permanência e circulação nas ruas sob uma "manipulação adequada de códigos, operando uma equação entre mendicância e infração, nas horas e com as pessoas certas" (p. 123); desmistificação da "noção corrente de que existe um comportamento genérico dos meninos de rua" (p. 123); a saída de casa não como uma ruptura brusca, mas "um processo longo que se caracteriza pelas inúmeras idas e vindas, os agrupamentos [sendo] essenciais nesse processo de aproximação

e formação de uma rede de sociabilidade na rua" (p. 126); a análise das "mães de rua" mostrando que elas não são a óbvia substituição da figura materna: "trata-se de uma substituição especial: [a "mãe de rua"] é uma igual — tem a mesma idade, não apresenta atributos excepcionais — e, certamente, não tem experiência concreta como mãe ou como adulto no trato de dependentes" (p. 134).

Na transcrição de um depoimento vislumbra-se o rosto sem disfarces do aparelho estatal democrático, em truculência e arbítrio plenos. Mesmo que essas abordagens estatais sejam temperadas, à maneira de Brasil, de ambigüidade paternal (ou maternal) mediante algum apoio às crianças, o que prevalece é a violência ilegal: "P — Às vezes eles matam? R — Matam. Isso aí, ih, é óbvio, ih, não tenha dúvida. Matam. Principalmente de noite. Pegou de noite, põe dentro da viatura e não adianta alguém perguntar para onde vai levar ele. 'Ah, vou levar pra delegacia tal'. Ah, delegacia não, mata mesmo" (p. 146). Gregori se aproxima com sobriedade e comedimento dessas barbaridades, fazendo ressaltar mais ainda o horror desses relatos que há quase vinte anos a Comissão Justiça e Paz, Comissão Teotônio Vilela, Human Rights Watch, Anistia Internacional documentam e

repetem encantatoriamente, num mantra que resvala na indiferença das autoridades públicas, temperada por espasmos — inócuos — de indignação.

O parágrafo final da terceira parte constitui fecho magistral para a trilogia integrada do livro — e também para o nosso comentário: "Inscritos em um conjunto de relações em que a menoridade real, material e simbólica é a moeda mais importante no jogo interativo, os meninos de rua têm como principal risco um destino preso a um ciclo: suas identidades, seus instrumentos de sobrevivência e suas relações se perfazem e se aprisionam na viração e na circulação. E é nesse quadro que a convivência com a miséria e a violência pode transformar as normas de sobrevivência na rua em 'ilusão de liberdade'. Deslocados dos pequenos circuitos (suas famílias) nos quais inicialmente vivem e elaboram essas experiências, aventuram-se por novos caminhos, onde têm a ilusão de ser 'donos de si' e 'donos da cidade'" (p. 158).

Paulo Sérgio Pinheiro é professor de Ciência Política da USP e coordenador do Núcleo de Estudos da Violência (Cepid/Fapesp) da USP.